

320.08
M527
PCP
L72



ARNON DE MELLO
(Senador da República)

***PRESTANDO CONTAS
AO POVO***

VOLUME III

BRASÍLIA
1978

DISCURSOS DO SENADOR ARNON DE MELLO

PUBLICADOS:

Uma Experiência de Governo (sete discursos)

Energia Nuclear

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Pesquisa

Emigração de Cientistas

Cientistas-meninos

Ciência e Democracia

Brasil: Passado e Presente

Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento

A Transamazônica e o Desenvolvimento do Nordeste

América Latina: Educação e Progresso

Problemas de Educação

Resposta ao Senador Edward Kennedy

Alagoas, Petróleo e PETROBRÁS

Pelé no Senado

Pensamento e Ação (três discursos — Assis Chateaubriand, Orlando Dantas e Lourival Fontes)

Três Alagoanos (três discursos — Rui Palmeira, Alfredo de Mayer e Jorge de Lima)

Chefes de Estado

Vereadores

Governo e Oposição

Missão de Governo

Açúcar: Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional (quatro discursos)

Nova Política do Açúcar (três discursos)

Açúcar Ontem e Hoje (dois discursos)

Disparidade entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul (três discursos)

Problemas do Nordeste (quatro discursos)

Desigualdades Regionais e Legislação Tributária

Participação do Poder Legislativo na Evolução do Brasil

Problema de Alimentação e Nutrição (três discursos)

Distribuição de Renda e Desenvolvimento (três discursos)

Ciência, Tecnologia, Minérios e Energia Nuclear (três discursos)

Vinte Anos de PETROBRÁS

Portugal e as Colônias da África (três discursos)

O Intelectual e o Homem Público (cinco discursos)

Prestando Contas ao Povo (Volume I — três discursos — Reator de Urânio Enriquecido, a Televisão no Brasil e Usina Hidrelétrica de Itaipu)

Prestando contas ao Povo (Volume II — dois discursos — As Ferrovias no Brasil e Porque são deficitárias as nossas ferrovias)

Prestando Contas ao Povo — Volume III — dois discursos — Competência e Desenvolvimento, Papel das Nações Unidas)



ARNON DE MELLO
(Senador da República)

***PRESTANDO CONTAS
AO POVO***

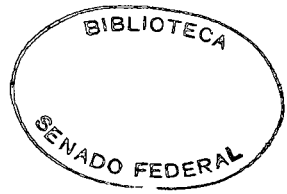
VOLUME III

BRASÍLIA
1978





***COMPETÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO***



Sr. Presidente: (*)

Ocupo a tribuna do Senado para fazer constar dos nossos Anais duas correspondências — uma de Nova Iorque e outra do Rio, Guanabara, — divulgadas, hoje, pelo *O Estado de S. Paulo*, com notícias de fatos altamente expressivos do nosso desenvolvimento.

A primeira correspondência, Sr. Presidente, é a seguinte:

“Nova Iorque — A Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS — e o Banco do Brasil figuram nas listas publicadas pela revista *Fortune*, em sua edição de agosto, sobre as maiores empresas industriais do mundo fora dos Estados Unidos e dos 50 maiores bancos comerciais, também nas mesmas condições.

Na lista de companhias industriais, figuraram quatro empresas estatais latino-americanas: PETROBRÁS, Pemex, do México, e Yacimientos Petrolíferos Fiscais (YPF) da Argentina, todas petrolíferas e membros habituais da relação. A quarta empresa, que aparece pela primeira vez na lista, é a Codelco, companhia formada pelo governo chileno, que agrupa as minas expropriadas às firmas norte-americanas: Anaconda e Kennecott.

A revista mostra, em sua análise, que a PETROBRÁS subiu do octagésimo segundo lugar, que ocupou em 1972, para o sexagésimo sétimo, com vendas num total de mais de 1,53 bilhão de dólares e lucros para o exercício de pouco mais de 304 milhões de dólares. A PETROBRÁS é também a mais florescente das empresas latino-americanas, e uma das dez que, em todo o mundo, teve durante o último exercício o maior aumento em suas vendas, com um incremento de 67%.

A Pemex registrou uma queda em relação a sua posição de 1972: do sexagésimo nono desceu para o septuagésimo

(*) Discurso pronunciado na Sessão do Senado Federal, de 30 de agosto de 1973, em Brasília.

sexto. Seus lucros foram pouco mais de cinco milhões de dólares.

A YPF, da Argentina, que ocupa o décimo quarto lugar com vendas no total de 917 milhões de dólares, tem um recorde negativo: com cerca de 138 milhões de dólares de perdas, é a quarta empresa no mundo que mais perdeu no exercício.

O monopólio petrolífero argentino só é superado em perdas pela Montedison, da Itália, a National Co-almvoord, da Inglaterra, e a Rukkohee, da Alemanha Ocidental, que, segundo a *Fortune*, são cronicamente deficitárias.

Em outra seção, a *Fortune* dá a lista dos 50 maiores bancos comerciais fora dos Estados Unidos, agrupando-os por volume de capital. A relação é encabeçada pelo Dai-ichi Kangyo Bank do Japão e o Banco do Brasil é o único estabelecimento de crédito latino-americano que alcança o volume necessário para ser nela incluído. Está em trigésimo sétimo lugar, com um capital de quase 9,6 bilhões de dólares.

A revista apresenta como prova significativa do avanço da indústria japonesa o fato de que a Volkswagen, que em 1970 vendeu 62% a mais que a Toyota, no último exercício leva uma vantagem sobre a empresa japonesa de apenas 20%.”

Essa, Sr. Presidente, a primeira correspondência a que me refiro. A segunda é a seguinte:

“*Da Sucursal do Rio* — O Instituto do Açúcar e do Alcool decidiu colocar à venda as ações que possui da Companhia Usinas Nacionais e que giram em torno de 95%. Segundo edital a ser divulgado ainda hoje ou no mais tardar amanhã, foi estabelecido o preço mínimo de venda de Cr\$ 50 milhões, para pagamento em dez anos, com dois de carência. O acervo da Cia. Usinas Nacionais compreende seis unidades refinadoras, assim distribuídas: Guanabara, Santos, Campinas, Belo Horizonte, Caxias e Niterói.

A cessão ao setor privado das ações da Usinas Nacionais complementar o esquema traçado há cerca de cinco anos pelo IAA e que foi iniciado com a venda da destilaria de álcool de Santo Amaro, em São Paulo, com o arrendamento da existente no Estado do Rio para a Cooperativa de Pro-

dutores da Região, que deverá comprá-la em breve, e com a venda da existente em Alagoas, que poderá ocorrer ainda este ano. Trata-se, portanto, da política de deixar com o setor privado as tarefas de produção e comercialização, enquanto ao Governo cabe a função de fiscalização e apoio.

Implantada na Guanabara por meio de participação dos produtores de açúcar de todo o País, a Companhia Usinas Nacionais foi aos poucos tendo suas ações passadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool, uma vez que os produtores não tinham como integralizar suas cotas. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Governo passou a utilizá-la para distribuição equitativa do açúcar entre a população. Ao mesmo tempo, foram adquiridas outras unidades, nos Estados, que se encontravam em má situação financeira, passando o Governo a arcar com os prejuízos da mesma. Agora, entretanto, a situação inverteu-se. Segundo fontes do IAA, pela segura administração desenvolvida por Juarez Marques Pimentel, seu presidente, a Companhia Usinas Nacionais encontra-se inteiramente saneada e em condições de ser administrada pelo setor privado.”

Sr. Presidente:

Há poucos dias, aparteando o nobre Senador Clodomir Milet, que falava sobre a usina siderúrgica a ser construída em Itaqui, no Maranhão, referi a prosperidade, o progresso do Japão, e destaquei dispositivo de lei japonesa, segundo o qual lá não podem ser nomeados “incompetentes”. Há, de fato, naquele país, o culto da competência.

As notas que acabo de ler revelam os acertos da competência. A PETROBRÁS, o Banco do Brasil, o Instituto do Açúcar e do Alcool, são conduzidos com competência, e daí o seu bom êxito. Sem competência não se faz desenvolvimento. E o Brasil, que se desenvolve, há de manter-se sempre em nível de competência para melhor realizar-se.

Congratulo-me com aquelas entidades pelas suas vitórias, que todos devemos festejar.

***PAPEL DAS
NAÇÕES UNIDAS***

Sr. Presidente: (*)

No momento em que se anuncia o fim da guerra do Oriente Médio, valho-me do ensejo para ressaltar desta tribuna o papel que tem desempenhado a Organização das Nações Unidas na preservação da Paz Mundial.

Na semana passada, transcorreu o seu vigésimo oitavo aniversário, e o Congresso Nacional comemorou merecidamente a data. Honrado por convite do ilustre Senador Carvalho Pinto, para falar em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, que S. Ex^a preside, referi a importância desse organismo internacional nas quase três décadas de sua sofrida e proveitosa existência.

Parlamento mundial, centro de convívio universal, mecanismo de cooperação interestatal, “onde se harmonizam os esforços das nações para um fim comum”, ganhou ela, ao longo do tempo, densidade, autoridade e universalidade, com o acolher em seu plenário as vozes mais díspares para o debate franco e aberto de idéias e fatos, e com o promover o exame e facilitar, pelas negociações entre forças desavindas, o encaminhamento da solução dos problemas mais intrincados que amarguram o mundo.

“Desejo que esta Casa — disse o Diretor-Geral da UNESCO — se torne cada vez mais a do diálogo universal de todas as pesquisas e todas as verdades, de todas as certezas e todas as ansiedades e todas as esperanças do espírito. E isso não somente para permitir aos países melhor se conhecerem, mas também para ajudá-los a melhor inserir-se na História e a agir mais eficazmente sobre os destinos da humanidade.”

O diálogo, estabelecendo o contato das partes conflitantes, abre caminho à Paz. Evidentemente com ele não se visa a destruir as diferenças, o que seria penoso e contraproducente, nem por isso mesmo se faz discriminação quanto a cor da pele, origem racial, crença religiosa, filiação ideológica, posição política. Visa-se com ele a com-

(*) Discurso pronunciado na Sessão de 29 de outubro de 1973, do Senado Federal em Brasília.

por diferenças, conservando-lhes o conteúdo de autenticidade criadora, para de sua composição tirar os melhores efeitos, como exatamente da diversidade de sons se obtém a sinfonia.

PRINCÍPIOS

Por outro lado, a homenagem do Congresso Nacional à Organização das Nações Unidas exaltou os conhecidos princípios que lhe servem de base e que se encontram no preâmbulo da Carta de São Francisco, de 26 de junho de 1945: “os povos das Nações Unidas” se declaram “determinados a preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes, durante nossa vida, trouxe à Humanidade sofrimentos indizíveis; a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e das nações grandes e pequenas; a criar condições sob as quais possam manter-se a justiça e o respeito às obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional; a promover o progresso social e a elevar o nível de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade”.

A justiça, o desenvolvimento, a segurança coletiva, a cooperação internacional política, econômica e social, a fraternidade, que fazem a Paz, são, assim, valores pelos quais luta a ONU e que interessam fundamentalmente aos Estados que a compõem como a toda a Humanidade, porque, com a vitória deles, se construirá um mundo em que o homem usufrua realmente as quatro liberdades de Roosevelt e possa “viver sem medo e sem armas”.

OBSTACULOS

Bem reconhecemos e bem sentimos os obstáculos que a ONU defronta no desempenho de tão ampla e árdua missão, mas bem sabemos igualmente que, embora vigorosos e renitentes, tais obstáculos não lhe quebram o ânimo nem lhe desviam o rumo, são antes desafios e estímulos que elementos de dissuasão. Tanto isso é verdade que, fundada com 51 membros, reúne hoje a ONU 135 nações e, apesar da Carta de São Francisco até agora conservar, como se ainda estivéssemos em 1945, a expressão “Países inimigos”, — já se encontram, defendendo os princípios democráticos que a Segunda Grande Guerra Mundial fez triunfantes, a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental, a Itália e o Japão lado a lado da Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos, que, juntos, por um quinquênio as enfrentaram nos campos de batalha, e lado a lado também de

todas essas nações, grande número de antigas colônias hoje emancipadas das respectivas metrópoles em nome daqueles mesmos princípios.

NOS TEMPOS ANTIGOS

Embora bem outros fossem os tempos de antanho, quando as Nações viviam tão afastadas umas das outras e o estrangeiro era sempre tido como inimigo, a Paz defendida por instituição interestatal já constituía ideal do mundo antigo. A Bíblia nos dá a conhecer a predição de Isaías (2.2/4): “Acontecerá nos tempos futuros” que “se levantará no alto das colinas o monte do templo do Senhor, ao qual afluirão todas as nações, e muitos povos converterão suas espadas em enxadões e suas lanças em foices; já não levantará espada nação contra nação nem se adestrarão mais para a guerra.” E, quinhentos anos antes de Cristo, Confúcio pregava a Grande União sustentada por uma sociedade internacional, cujo objetivo seria “aplicar a boa-fé e fazer a concórdia entre os Estados”.

Foi ao longo dos séculos esse ideal sistematicamente defendido por Nações e homens de Estado e homens de pensamento, mas citemos apenas o Tratado da Santa Aliança, assinado em Paris em 26 de setembro de 1815, depois da derrota napoleônica de Waterloo, o qual estabelecia, no seu art. 1º, que a Áustria, a Prússia e a Rússia “permanecerão unidas pelos laços de uma fraternidade verdadeira e indissolúvel e, considerando-se compatriotas, se prestarão, em qualquer ocasião ou lugar, assistência, ajuda e socorro”, “animados para proteger a religião, a paz e a justiça”.

LIGA DAS NAÇÕES E ONU

No século atual, ainda quando não terminara a Primeira Grande Guerra Mundial, o Presidente Woodrow Wilson, em mensagem de 8 de janeiro de 1918 ao Congresso dos Estados Unidos, propunha fosse constituída “uma sociedade geral das Nações”, “através de convenções formais”, com o objetivo de “assegurar garantias recíprocas de independência política e territorial, tanto aos pequenos como aos grandes Estados”.

Dáí nasceu a Liga das Nações, que em janeiro de 1920 começou a funcionar com 32 membros, entre os quais não figuraram os Estados Unidos, por oposição do Congresso Nacional. Não se prestigiou a nova sociedade, que, em vez de aumentada, como a ONU, chegou a 1939, vinte anos depois, reduzida no número de integrantes. Mas, segundo disse Winston Churchill, ela “não falhou por



causa de seus princípios e concepções”, senão exatamente pelo contrário: “porque os Estados que a fundaram desertaram desses princípios”.

Tal fato contribuiu para a segunda grande conflagração mundial, que por cinco longos anos ensangüentou a Humanidade, e finda a qual surgiu, em 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas, substituindo a envelhecida Liga das Nações e resultante da Conferência de São Francisco, que então se considerou “a mais importante reunião depois da Última Ceia”.

Já lembrou René Macheu que Einstein e Teilhard de Chardin, “plenamente conscientes, até a adoração e até a angústia, da maravilhosa e terrível liberdade do homem, desde agora capaz ao mesmo tempo de conquistar o universo e de causar sua própria destruição, têm, um e outro, proclamado a necessidade de uma organização da comunidade mundial, como condição não somente do progresso, mas da sobrevivência da espécie”.

INSTITUIÇÃO NECESSÁRIA

Realmente, se naqueles tempos mais longínquos era necessária instituição desse tipo, por certo que muito maior necessidade dela tem o mundo atual. Marcado por injustiças, distorções e desigualdades que nos avizinham do caos, e por transformações galopantes, os avanços científicos e tecnológicos gerando em tropel descobertas e invenções — nele, no mundo atual, mais do que as divergências entre os Estados e mais do que os reclamos das necessidades do povo, há a considerar os atritos entre o presente e o futuro, num descompasso que não poupa o passado.

Tudo isso nos conduz a situação aterradora, onde poucas Nações ricas aumentam, em dez anos, em um trilhão de dólares a sua riqueza, como se verificou entre 1960 e 1970, enquanto 96 nações pobres, com 80% da população do mundo, se aprofundam na miséria, cada vez mais distantes do bem-estar. Em 1972, as empresas supranacionais dos 11 países do DAC — Estados Unidos, Canadá e 9 da Europa — produziram no exterior 350 bilhões de dólares, ou seja, mais do que, no mesmo período, todos os países da América Latina, África e Ásia, segundo informe do Departamento de Comércio norte-americano.

São números revelados pelo Banco Mundial na Unctad III: enquanto nos países desenvolvidos, industrializados, a renda *per capita* se elevou em seiscentos dólares e alcançou dois mil e quatrocentos dólares em 1970; nos países pobres, em desenvolvimento,

ela apenas cresceu em quarenta dólares e, no fim da década, atingia cento e oitenta dólares. Os cálculos estimam que, continuando as coisas como vão, ao chegarmos a 1980 os países industrializados terão elevada sua renda *per capita* a 3.600 dólares, e os países pobres a 280 dólares.

AMÉRICA LATINA SÉCULO XVIII

No que diz respeito à América Latina, lembremo-nos primeiro de que éramos, em fins do século XVIII, mais desenvolvidos que a América do Norte, tanto que Simon Bolívar, enchendo-se de entusiasmo, proclamou na mensagem de 1818: “A América do Sul unida será a rainha das Nações.”

Realmente, àquele tempo, o Brasil exportava sozinho 18 vezes mais, em valor, que os Estados Unidos. A população das Américas era, em 1800, de vinte e cinco milhões e trezentas mil pessoas, vinte milhões das quais viviam espalhadas pela América Latina e apenas cinco milhões e trezentas mil nos Estados Unidos. A Universidade de Harvard foi fundada um século depois de já existirem quatro Universidades na América do Sul. A produção mineral, agrícola e artesanal dos Estados Unidos era, de acordo com estimativas feitas, ultrapassada cerca de 40 vezes pela América Latina.

REALIDADE DESOLADORA

As estatísticas são hoje, no entanto, Srs. Senadores, bem diferentes, desoladoras. Em 10 anos — de 1960 a 1970 — elevou-se na América Latina em 50 milhões o número de famintos; em 5 milhões o de famílias sem casa; em 2 milhões o de analfabetos. Temos 25 milhões de desempregados, que até 1980 aumentarão em mais 15 milhões. Conquanto nos países desenvolvidos a média de emprego seja de 45% da população, na América Latina ela é de 31%, e a nossa produtividade, 1/4 da européia e 1/6 da norte-americana.

A realidade, extremamente desoladora mesmo, dá-nos a medida da importância da ONU neste mundo conturbado. Se, apesar de sua presença, a situação é tão grave, imaginemos o que sem ela seria da humanidade.

IMPORTÂNCIA DA ONU

Depois de todas as tentativas que, desde que o mundo é mundo, se vêm fazendo para implantar-se uma instituição internacional que represente e defenda os altos interesses da civilização, a ONU atende a essas esperanças, é, sem dúvida, o melhor esforço que já se fez no sentido da construção da sociedade de bem-estar.

Considerando que cumpre, por certo, combater os efeitos das causas mais do passado que atingem o presente, porém indispensável é exterminar as causas mesmas atuais das tensões, conflitos e guerras que ameaçam o futuro, ela não descuida de tomar providências de infra-estrutura para melhor realizar sua missão. O que tem feito no campo da educação, da saúde, da cultura, da assistência técnica, da ciência e tecnologia, ainda não pode ser visto nem avaliado na sua plena repercussão, como não é possível, antes do tempo oportuno, crescer a árvore que se planta no momento e colher-lhe imediatamente o fruto. Mesmo porque até não passou ainda a fase da sementeira, pois grande é o trabalho de preparo dos campos, como imensas as necessidades a serem atendidas.

Ressalte-se, apenas, entre os feitos da ONU, aquele que André Malraux considera o fato político de maior importância do século. Em 1945, o colonialismo dominava dois terços da população mundial e quase outro tanto da superfície da Terra. Lutou a ONU pela independência das colônias, aprovando em tal sentido a Declaração de 14 de dezembro de 1960. Hoje, em vez de 2/3 da população mundial, apenas, 1,5% dela não estão emancipados.

NÃO É POUCO

Força de esclarecimento, de contenção, de advertência, a ONU não se limita às campanhas que faz, aos planos que executa, às ações que desenvolve. Há de ser-lhe creditada também a luta para evitar erros, impedir desacertos, desatar mal-entendidos, tudo redundando em benefício da Paz. Seus objetivos são amplos e profundos e exigem todo um processo a que firme e pacientemente se dedica.

Não se diga que é pouco o que tem conseguido, pois mais importante é saber que ainda há muito, muitíssimo a realizar, o que impõe a persistência na luta, sejam quais forem os sacrifícios. É o velho sábio Lao Tse já ressaltava que “a jornada de mil milhas começa com um passo”. Parlamentares que somos, bem sabemos como é difícil a um Parlamento mundial alcançar metas que resultem do consenso de elementos os mais diferentes. Os óbices gerados pelas resistências e divergências, porém, terminarão vencidos pela fé, pela determinação, pelo sentimento de missão.

INSUCESSOS E VITÓRIAS

A qualquer observador não escapará que os 28 anos decorridos não são somente de vitórias para a ONU. Ao contrário, em virtude mesmo da difícil missão que lhe cumpre, muitos insucessos se registram ao longo de sua existência, misturados e compensados,

entretanto, por triunfos — insucessos e triunfos contribuindo juntos para enriquecer-lhe a maturidade e aumentar-lhe a vitalidade que os princípios que defende nutrem e conservam. Ela não pôde, por exemplo, concretizar o desarmamento geral, embora promova o desarmamento dos espíritos, nem evitar, senão manter localizadas, guerras como a do Vietnã e as do Oriente Médio. Mas a realidade é que, se entre o início da Primeira e o da Segunda Grande Guerra Mundial mediou um quarto de século, já passam 34 anos da explosão hitlerista, e o que vimos ainda há pouco tempo foi o Presidente dos Estados Unidos da América sair de Washington e empreender longa viagem para visitas de cortesia a Moscou e a Pequim. Tal fato se explica pela consciência da necessidade da consolidação da Paz, meta suprema da Carta de São Francisco.

Não procede, então, o pessimismo de De Gaulle, para quem a ONU eram as “Nações Desunidas”, nem é verídica a afirmativa de há dez anos do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Sir Alec Douglas-Home, desmentida pelo próprio tempo, segundo a qual “a ONU estava moribunda”.

POLÍTICA DO PODER

A ONU não é, evidentemente, o supergoverno, o factótum do mundo. Não tem autoridade de mando, pois suas determinações, para serem válidas e executadas, dependem da concordância de várias partes. Limita-a na sua força moral uma realidade inocultável — e a cito não porque a aplauda, mas apenas para argumentar: a política do Poder, que se baseia nas armas nucleares e se afirma no direito de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Vem daí o equilíbrio estratégico do Poder, dividido entre superpotências, cada qual com suas áreas de influência, visando à estabilidade da ordem internacional que mais lhes convém.

Mas — refira-se para aumentar a fé e a esperança na ONU — a política do Poder nem sempre tem ali afirmado o seu prestígio e força. O acesso da China de Mao-Tsé-Tung e a exclusão de Taiwan da Organização são dois fatos que evidentemente não agradaram nem o primeiro à União Soviética nem o segundo aos Estados Unidos.

MODELO POSSÍVEL

A ONU é, todavia, com as suas características atuais, o modelo possível de convivência internacional para manter a coexistência pacífica e evitar a confrontação entre as grandes potências. Superando os atritos das nações menores, ela limpa o terreno para a fu-

gentar crises mais graves entre as nações mais poderosas. Se lhe agradecemos, pois, os esforços para manter esta Paz que desfrutamos, havemos também de agradecer-lhe a contribuição para impedir a guerra mundial. Vietnã, Biafra, Oriente Médio, ontem e hoje são tragédias periféricas profundamente lamentáveis e condenáveis, mas que não destroem o modelo de convivência internacional, antes dão margem a que se aproximem e se entendam as cúpulas que o mantêm, como ainda agora estamos vendo na guerra entre árabes e judeus.

SEGURANÇA ECONÔMICA E SOCIAL

Dentro do presente quadro mundial, caracterizado pela autoridade que se atribui ao Poder com maior capacidade de destruição, à Paz não se dá apenas uma, porém várias definições. Se os países pobres a têm como resultante do bem-estar coletivo gerado e garantido pela segurança econômica e social e pelo desenvolvimento, — para os países ricos, já desenvolvidos e prósperos, a Paz sobretudo se exprime pela ausência de guerra entre eles, ou melhor, pela não utilização das armas nucleares. Assim, as preocupações dos poderosos são no sentido de se fortalecerem militarmente e de evitar que se alarguem fissuras no seu relacionamento. A verdade é que, como divulgou James Reston, enquanto os Estados Unidos e a União Soviética principalmente, entre outras nações, despendem, por ano, 180 bilhões de dólares em armas militares, destinam apenas sete bilhões de dólares para ajudar os países em atraso.

Eis porque se levanta no mundo inteiro uma grita em favor do desenvolvimento dos Países pobres, sufocados pela falta de meios para promovê-lo. Reconheçamos que cada um deles deve empenhar-se em assumir a responsabilidade de resolver por si mesmo seus problemas específicos mas convenhamos em que sem cooperação externa nunca será vencido o subdesenvolvimento. Agrava-o ademais o vigente regime de trocas internacionais, que sobremodo sacrifica as Nações exportadoras de matérias-primas, exatamente as mais necessitadas de tudo. Realmente, sabemos que, enquanto aumentam os preços dos manufaturados que eles importam e compram, baixam os dos produtos que eles vendem, o que ainda mais os empobrece e aprofunda o *gap* que os separa dos países desenvolvidos.

SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Sr. Presidente:

A Paz não é uma palavra sem conteúdo, mas um ideal dinâmico que exige ação firme, atos lúcidos e construtivos. Paz não é simples

sinônimo de não-beligerância e sim uma realidade que se alimenta de numerosos fatores econômicos, sociais, morais.

Quando, em 1967, fui ao Japão, não quis deixar de visitar Hiroxima, alvo da primeira bomba atômica, e, na sua Catedral, onde assisti à missa de domingo, li o seguinte numa placa em memória das vítimas da explosão nuclear: “em sinal de paz entre todos os povos, sinal indicando o verdadeiro caminho de paz com Deus e os homens”. “Este caminho — conclui a inscrição — não é nem a mentira, nem a força, nem o ódio, mas a verdade, a justiça e o amor”.

PAZ E PÃO

O Papa João XXIII, que tanto defendeu a verdade, a justiça e o amor ao próximo, declarou, em 22 de novembro de 1961, perante os membros da XI Conferência da FAO, que “o mundo hodierno aspira a dois grandes bens: a Paz e o Pão”. E depois lembrou que “para centenas de milhões de seres humanos a invocação do pão cotidiano (que se faz ao rezar o Pai Nosso) não representa apenas o ritual de uma prece, mas a imediata necessidade de viver e sobreviver”.

A ONU, integrada de Nações que divergem na maneira de obter a paz, sabe que para isso é indispensável pão, que quer dizer justiça social e tecnologia. O mundo que ela se empenha em construir não é aquele onde apenas não haja guerra, que não tem afinal o monopólio da promoção das desgraças humanas. O mundo pelo qual luta a ONU será o em que não haja fome, flagelo por igual ceifador de vidas, porém ainda mais terrível: atinge dois terços da humanidade e é permanente e não esporádico como a guerra. Não adianta desconhecer a realidade, porque, conforme observa Rodolfo Arata, se não se livra o homem da fome, “a fome provocará a guerra do homem”, o que é, portanto, o círculo vicioso. “Estômago hambriento — sentencia Don Quixote de La Mancha — no escucha razones”.

E já em seu tempo, como lá está no Velho Testamento (IV.9), Jeremias lamentava:

“Mais felizes foram os abatidos pela espada do que os dizimados pela fome, pois estes pereceram à míngua.”

POLUIÇÃO

Defende a ONU o desenvolvimento, mas todos sabemos que, solucionador de problemas, o desenvolvimento é também criador de novos problemas, entre os quais a poluição do meio ambiente, que

ameaça a sobrevivência humana. Leio em Georges Elgozy que há seiscentos mil micróbios por metro cúbico de ar sobre os grandes *boulevards* parisienses. Anote-se que Paris ainda não é cidade das mais poluídas do Mundo, como Tóquio, Londres, Chicago e outras. E a UNESCO calculou em 20 anos o fim da humanidade, se não se tomarem medidas de defesa contra a poluição.

A sobrevivência humana já está, no entanto, atingida pela poluição do subdesenvolvimento, com o seu fúnebre cortejo de miséria. Não será a ignorância, filha da pobreza, responsável, tanto quanto ou mais que os produtos industriais, pela destruição da Natureza? E à fome não se há de creditar a desvitalização de tantos seres humanos, presas fáceis, assim, das doenças e, finalmente, da morte?

O problema, com suas téticas implicações, foi amplamente debatido na Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, promovida pela ONU, durante a qual Indira Gandhi, chefe do Governo da Índia, teve ensejo de observar que como “na riqueza o homem está ameaçado pela poluição emanada da própria prosperidade”, “na pobreza está ameaçado pela desnutrição e pela enfermidade”. E pergunta: “Não são a pobreza e a necessidade as maiores destruidoras da Natureza?”

Como, por outro lado, destacou a Delegação Brasileira àquela Conferência, não é justo que os pequenos países, já poluídos pela pobreza, sejam obstados nos seus esforços desenvolvimentistas para libertar-se do atraso sob a alegação de que esses esforços aumentarão os fatores de poluição, quando tais fatores antes devem e podem ser controlados. Assim, se um terço da humanidade industrializa três quartos de toda a matéria-prima do mundo, há de reconhecer-se aos outros dois terços, que também a produzem, o direito de instalar fábricas para manufaturá-la.

E nada têm a temer por isso os países desenvolvidos, aos quais não faltam condições de bem-estar. “Quando o representante de um estado industrial me fala sobre os transtornos do seu meio ambiente, eu me lembro de um homem bem alimentado dizendo de seus sofrimentos a um homem faminto” — declarou um africano participante da Conferência de Estocolmo.

ANTIPOLUIÇÃO

Cumprе enfrentar o grave problema, porém não às custas do desenvolvimento dos pequenos países, que a antipoluição já sacrifica, porque, sendo importadores de manufaturados, sofrem eles o

aumento de preços e impostos decorrentes dos elevados custos das medidas de defesa do meio ambiente que oneram a produção.

E convenhamos em que, se a antipoluição os prejudica, aos pequenos países, beneficia direta e especialmente as poderosas empresas das Nações ricas, que a transformam em grande e lucrativa indústria de equipamentos especializados, cuja demanda somente no mercado norte-americano está calculada em 26 bilhões de dólares de 1972 a 1980. E ditas empresas, que já produzem material e máquinas poluidoras e são elas mesmas poluentes, irão produzir também elementos de controle da poluição, ganhando pelos dois lados e tornando-se evidentemente cada vez mais interessadas na escala da poluição e antipoluição.

É o caso, por exemplo, da Companhia Ar Líquido, da França, cujo produto — o oxigênio — é utilizado na regeneração do ar e também consumido pela indústria química que polui. E a mesma coisa se verifica nos Estados Unidos, onde, em sua maior parte, as companhias integradas na luta contra a poluição “não somente são elas próprias poluidoras mas também as que fornecem os produtos químicos, as máquinas, os carburantes, os elementos de usinas das maiores poluidoras, como a GMC, US Steel, Boeing, Standard Oil, Ford, American Can, Consolidated Edison”.

ELEVAÇÃO DOS PREÇOS

Ainda que a antipoluição já seja subvencionada por vários governos, à frente deles o dos Estados Unidos — “o contaminador é que deve pagar”, disseram vários oradores da Conferência de Estocolmo — seu alto custo, vale repetir, impõe o aumento dos preços dos produtos, seguidos naturalmente da elevação dos impostos diretos e indiretos, pagos todos, no final das contas, pelo consumidor, que é ao mesmo tempo consumidor e contribuinte, vítima da corrida poluição e antipoluição.

A tal respeito, comenta o economista norte-americano Martin Gellen que “o governo dos Estados Unidos se empenha na criação de um novo complexo sócio-industrial, fazendo recair os gastos de criação e reparação sobre os contribuintes e reservando os benefícios para as empresas”.

É problema este que bem merece as atenções da ONU para que não se aprofundem ainda mais as desigualdades existentes entre as Nações ricas e pobres, para que não se agrave no mundo o subdesenvolvimento.

CONSCIÊNCIA COLETIVA

Fortalece-se, felizmente, a consciência coletiva, segundo a qual o subdesenvolvimento, com suas cargas de miséria, ignorância, analfabetismo e doença, não é problema puramente dos países que o sofrem, tanto, hoje em dia, especialmente com a facilidade das comunicações, seus malefícios se estendem a todos, às Nações mais ricas também, como em um sistema de vasos comunicantes.

“As questões ligadas ao desenvolvimento — disse recentemente o Secretário-Geral da ONU, Embaixador Kurt Waldheim — circunscritas no passado a um caráter local ou regional, hoje afetam o mundo inteiro, devendo, por conseguinte, ser resolvidas ao nível da comunidade interestatal.”

“Os problemas econômicos, ao mesmo tempo que as controvérsias políticas e militares, afetam a segurança internacional. A segurança econômica coletiva tem, portanto, necessária correlação com o conceito de segurança política coletiva.

POSIÇÃO DO BRASIL

Com a lucidez que o caracteriza, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza, já definiu em palavras muito nítidas a posição do Brasil, brilhantemente sustentada nas últimas Assembléias da ONU pelo Embaixador Armando Sérgio Frazão.

“O conceito de segurança econômica coletiva — acentua o nosso Chanceler — complementará o sistema político de segurança coletiva. Na prática esse conceito, que o Brasil vem defendendo coerentemente desde 1953, postula, em primeiro lugar, o direito de todas as nações ao desenvolvimento econômico-social. Postula, também, o dever de os países economicamente mais desenvolvidos contribuírem para a eliminação, de acordo com calendários negociados, e de toda maneira antes do término da Segunda Década para o Desenvolvimento, dos obstáculos que as economias desenvolvidas opõem à aceleração do crescimento dos países em fase de desenvolvimento.”

Sobremodo acertada e correta é a posição do Brasil, ao defender, na palavra do Sr. Ministro das Relações Exteriores, a segurança econômica coletiva como complemento da segurança política coletiva, tanto — já o dizia Durkheim, há mais de cem anos — é ilusória a liberdade sem o lastro da independência econômica.

INTEGRAÇÃO NOS NOVOS TEMPOS

Srs. Senadores:

Há quase três décadas fundou-se a Organização das Nações Unidas. Na era presente, de descobertas em catadupas e quando a velocidade alcança índices antes inverossímeis, um ano a bem dizer se conta por dez ou mais. Tudo se transforma como por encanto, e não se pode parar nem mesmo reduzir o ritmo do desenvolvimento.

É, portanto, natural que a ONU, como propõe o Brasil, se integre nos novos tempos através da reforma das suas estruturas legais para que não estejam elas distanciadas da realidade presente.

HAMMARSKJOLD

Ao concluir, estimaria lembrar alguém que muito trabalhou pela Paz, Dag Hammarskjöld, antigo Secretário-Geral da ONU, morto quando em serviço da Paz e cujo túmulo, no cemitério ao lado da Universidade de Upsala, na Suécia, visitei emocionado. São dele estas palavras ditas ao ser eleito para o elevado posto:

“Nenhuma vida é mais satisfatória do que a de serviço desinteressado ao nosso País ou à humanidade. Além do sacrifício de todo interesse pessoal, este serviço exige também a coragem de defender resolutamente as nossas convicções.”

A ONU, que luta desinteressadamente pelo bem da humanidade, é *forum* onde cada um defende livremente, democraticamente, suas convicções, e onde se cultiva “a coragem das nossas diferenças”, aceitas “com humildade e orgulho”.

Senado Federal



SEN00017969



SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO